SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Filiado à Conlutas

Quarta-feira, 04 de março de 2009 - Número 339 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

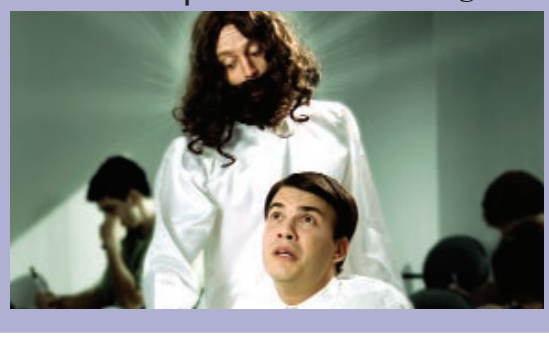
Assembléia na JF/ Pedro Lessa, quinta, às 13h

Os servidores irão discutir Plano de Carreira, jornada de 6 horas, assédio moral e irão eleger para a plenária da Cnesf

Página 4

Teatro

Comédia retrata a epopéia de quem pretende passar num concurso público **Página 7**



8 de março

Concentração será no Masp. Em seguida manifestantes realizarão ato em frente à Fiesp para fortalecer a luta pela estabilidade no emprego e manutenção dos direitos **Página 8**

"Soltem-me as algemas
Quero minha alma livre
Meu corpo livre
Meu pensamento Livre"
(Manuela Amaral)



TRT-15 suspende demissões na Embraer

Decisão é provisória, mas fortalece a luta em defesa do emprego. Metalúrgicos continuam mobilização

Página 8



foto: Tanda Melo

Opinião do Sintrajud

Lula e CUT sabiam das demissões na Embraer

A Embraer é a quarta empresa de aviação do mundo, nos últimos 10 anos teve um lucro de R$7,6 bilhões, somente em 2007 obteve R$657 milhões em lucros e recebeu do BNDES, desde 1995, US$ 8,1 bilhões. Em contrapartida, os operários da empresa fazem a maior jornada de trabalho do setor (43 horas semanais) e recebem um dos menores salários em comparação com outros países, US$3,7 por hora.

Dia 19 de fevereiro a empresa demitiu 4.200 trabalhadores, pais e mães de família, e em nota alegou que os cortes foram "em decorrência da crise sem precedentes que afeta a economia global". É a conta da crise sendo paga pelos trabalhadores.

As demissões foram anunciadas em uma reunião do BNDES com o presidente da CUT Arthur Henrique e membros do governo federal, na segunda-feira 16, e efetivadas na quinta 19. Em três dias se pelo menos o Sindicato dos Metalúrgicos tivesse sido avisado das demissões, os trabalhadores poderiam ter organizado uma reação.

Mas nenhuma medida concreta foi tomada para tentar impedir as demissões, revelando que o presidente da CUT foi mais fiel ao governo e aos patrões da Embraer do que aos trabalhadores.

O Presidente Lula se reuniu com a Embraer e não fez nem um pedido em nome dos demitidos. O governo tem poder de veto entre os acionistas e essa seria mais uma forma de impedir as demissões.

Porém, uma medida assim abalaria o que os empresários mais prezam, o lucro. Se o presidente Lula e a CUT são inertes na defesa dos trabalhadores não é por incompetência, mas porque estão do lado dos empresários,.

Se estivesse preocupado com o País, o governo exigiria a readmissão dos trabalhadores ou ainda reestatizaria a Embraer, que faz parte de um setor estratégico para a segurança do País. Só para lembrar, na época da privatização Lula criticou o governo FHC que sucateou a empresa para vendê-la a preço de banana a grandes grupos econômicos, inclusive com capital estrangeiro, apesar de saber que ela poderia se tornar uma empresa de ponta no País. É a hora de devolver a Embraer para os brasileiros.

Lula deveria exigir a readmissão dos trabalhadores

IMAGEM HÉLVIO ROMERO / AE



Displicência ou fatalidade. *Lago do Pq. da Aclimação virou lama, matando peixes e aves. Desde 1939 a tubulação não era reformada.*

IDÉIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Corrupção sem fim

Pedro Cardoso*

Não precisa ser gênio nem muito pessimista para perceber que essa é a palavra que melhor define a situação atual e de há muito deste País. Seria preciso centenas de livros para relacionar o que as autoridades chamam de casos isolados. Exemplos não faltam e aqui apenas alguns absurdos para provar que parece ser preciso uma revolução no Brasil. As CPIs são úteis, mas insuficientes.

Quanto à Justiça, só após a instauração da CPI, descobre que precisa ser modificada.

Já na área da segurança a coisa ainda é pior. No Rio e em São Paulo mata-se três, quatro vezes mais do que qualquer guerra. A resposta das autoridades é que as "medidas estão sendo tomadas".

Como os problemas se correlacionam, as escolas dependem da segurança pública em geral e de algumas medidas especiais. Em São Paulo virou moda matar alunos. A cada dia uma criança morre numa escola.

Na Saúde, o mesmo "Jornal Nacional" que aponta médicos escolhendo as crianças que morrem num estado, mostra desperdício de inúmeras toneladas de remédio noutro. O governo federal ainda paga alguns milhares de reais para a incineração.

Sobre as já conhecidas e "assassinas" enchentes - morre gente todo ano, sem existir culpado. No fim dos anos noventas, num programa da TV Cultura, o secretário de Recursos Híbridos/SP apontava a construção de mais de cem "piscinões" na extensão dos rios que cortam a capital como única solução. Perguntado sobre quantos estavam sendo construídos, a resposta, um. Mas, menosprezando o mais rudimentar estágio da inteligência humana, disse que já melhoraria bastante. Sem comentário.

Mais de trezentos mil mandados de prisão não cumpridos. Isso quer dizer que temos uma cidade de Feira de Santana de estupradores, traficantes, latrocidas e outros condenados nas ruas.

Não cabe comentário sobre o sistema financeiro. Primeiro, porque as previsões dos economistas já são um espetáculo em si. Ou dizem que já passou o prazo para uma medida ou deverá ser tomada futuramente. No momento da previsão, nenhum diz o que tem de ser feito. Só justificam que os bilhões de dólares devem ir para os banqueiros para não quebrar o "sistema", como se este tal "sistema" quebrado fizesse diferença para quem está comendo palma misturada com calango no Nordeste. Um basta a essa desordem tem que vir a qualquer preço!

***Pedro Cardoso da Costa é servidor da Justiça Eleitoral**

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"O presidente nos fez um apelo para ver o que a empresa pode fazer além do que já está fazendo."
Frederico Curado, presidente da Embraer, após reunião com o presidente Lula, que, ao contrário do que muitos imaginavam, aceitou passivamente a demissão de 4.200 operários da empresa.

"Os 'spreads' no Brasil são muito maiores por que o nível de perda dos bancos por inadimplência é muito maior do que em qualquer lugar do mundo."
Roberto Setúbal, presidente do Itaú Unibanco – maior conglomerado bancário do país que lucrou mais de R$ 10 bilhões em 2008 – tentando justificar os altos preços dos empréstimos bancários.

"Estou esperando uma nova onda de países batendo à minha porta."
Diretor do FMI **Dominique Strauss-Kahn** sobre a situação econômica dos países europeus.

De Ontem:

"Mas a ambição do homem é tão grande que, para satisfazer uma vontade presente, não pensa no mal que daí a algum tempo pode resultar dela." (Nicolau Maquiavel)



Assédio

Servidor sofre processo administrativo após ingressar com ação contra o TRF3

Ação popular é um direito do servidor, que não deve ser punido por isso.

26 de agosto de 2008 seria um dia qualquer para Luiz Antônio Barbosa, servidor do Fórum Criminal. Porém, naquela terça-feira, depois de 14 anos de serviço público, Luiz foi informado que estava sendo processado administrativamente.

Segundo Luiz, trata-se de uma retaliação da presidente do TRF3, Marli Ferreira, por ele ter entrado com uma ação popular contra a administração do tribunal, alegando negligência em relação à permanência de uma Estação Rádio-Base da empresa de telefonia Vivo nas dependências do Fórum Criminal na região da Av. Paulista. Na ação, Marli Ferreira foi arrolada como ré.

A estação é uma antena para celulares e estava no prédio desde 1994, época em que funcionava a CESP.

A União comprou o imóvel em 2003 e de acordo com as alegações da Vivo na ação popular não foi feito um novo contrato, nem houve a solicitação da retirada do equipamento. Em nota, o TRF3 argumentou que não firmou nenhum contrato tendo como objeto a estação, mas desde a aquisição do prédio adotou os procedimentos para a retirada do equipamento. No entanto, "a retirada completa do equipamento, só aconteceu em junho de 2008", disse Luiz.

Luiz é analista judiciário e trabalha com elaboração de laudos, e informações relacionadas a licitações, entre outros. Em 2004, ao perceber os equipamentos solicitou informações à administração. Após levantamentos, verificou que desde dezembro de 2003 a Vivo não reembolsava a União pelo consumo de energia elétrica. Segundo Luiz, em julho de 2007 a administração foi informada oficialmente dos fatos, porém, como nenhuma providência foi tomada, o servidor fez representações ao Ministério Público Federal, à Corregedoria e ao Conselho Nacional de Justiça "para análise e providências cabíveis".

O servidor sustenta que embora a Corregedoria tenha arquivado o processo sob o argumento que o CNJ também o estava julgando e o Conselho tenha arquivado por entender que a estação estava sendo retirada, nenhum dos órgãos concordou com a permanência da estação num prédio da União sem o pagamento de aluguel e da energia elétrica utilizada.

Por solicitação do MPF, a administração apresentou uma planilha de cálculos de pagamentos da empresa Vivo à União, onde se constata a não incidência de juros, a inexistência da assinatura de algum engenheiro e a conclusão de que os equipamentos consumiam mensalmente R$36,00, fatos que levantam sérias dúvidas, segundo o servidor.

"Na planilha de consumo de energia elétrica apresentado ao MPF percebe-se que a administração deflacionou os valores devidos com eletricidade e acabou fazendo que a União devesse para a Vivo", afirmou.

O MPF aceitou os argumentos e cálculos apresentados pelo Tribunal e arquivou o Inquérito Civil, mesmo com as contestações apresentadas pelo servidor sobre a falta de cobrança de juros.

"Respeito totalmente a decisão e os procedimentos do Ministério Público Federal, contudo entendo que os fatos apresentados merecem ser revistos pelo Judiciário, principalmente por estarem dissonantes do entendimento dos Tribunais Superiores e das Leis da Física", afirmou Luiz.

Diante desses fatos, Luiz não viu alternativa e entrou com a ação popular em 06 de agosto de 2008, passados 20 dias sofreu o processo administrativo.

Para o servidor o que está acontecendo é um caso de assédio e perseguição, pois está sendo processado administrativamente por ter realizado seu trabalho de forma correta: "Se isso passar impune, o que virá depois?", questionou Luiz.



Para o engenheiro Helder Davi de Oliveira, é impossível que um equipamento de tal porte consuma tão pouca energia

Fotos da estação rádio-base

AGENDA

VAI ACONTECER

5 DE MARÇO
- Assembléia no auditório do Fórum Pedro Lessa, às 13h.

8 DE MARÇO
- Dia Internacional de Luta da Mulher.
- Ato em frente à Fiesp, a partir das 10h.

13 E 14 DE MARÇO
- 15º Encontro Nacional do Coletivo Jurídico da Fenajufe, em Brasília.

14 DE MARÇO
- Curso de formação "A mulher na sociedade e no sindicato", no auditório do Sintrajud, às 9h.

15 DE MARÇO
- Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, da Cnesf, em Brasília.

17 DE MARÇO
- Ato em defesa dos direitos dos aposentados vai exigir a paridade entre ativos e aposentados, em Brasília.

20 E 21 DE MARÇO
- Encontro Nacional dos Aposentados e Assuntos de Aposentadoria da Fenajufe.

ACONTECEU

28 DE FEVEREIRO
- Plenária Estadual da Conlutas, em São Paulo.

19 DE FEVEREIRO
- Reunião dos agentes de segurança do TRE.

18 DE FEVEREIRO
- Assembléia no Fórum Trabalhista da Barra Funda debateu campanha pelas 6 horas.

Direitos

Sintrajud realiza assembléia geral nesta quinta-feira

Os servidores irão discutir a campanha pela jornada de 6 horas, o andamento do Plano de Carreira e outros assuntos de interesse da categoria

O Sindicato realizará nesta quinta-feira, dia 05, às 13 horas, assembléia geral no auditório do Fórum Pedro Lessa. A campanha pela jornada de 6 horas, o andamento da elaboração do Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal e outros assuntos de interesse da categoria serão debatidos. A assembléia também elegerá os representantes do Sintrajud que vão participar da próxima plenária da CNESF – Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais no dia 15/3, em Brasília.

A plenária da CNESF irá definir os rumos das lutas do funcionalismo para este ano. Com a crise atual, os trabalhadores do setor privado já sofrem as conseqüências, com demissões em massa e redução de direitos. No entanto, os efeitos para o serviço público – e servidores – tendem a aparecer mais tarde com cortes nos orçamentos e suspensão de novos concursos públicos, por exemplo.

Para Paulo Barela, servidor federal do IBGE, que participou da última reunião da CNESF, no dia 17, além de preparar um calendário para lutar pelas reivindicações específicas do funcionalismo, os servidores devem se unir com todos os trabalhadores.“Tendo em vista a terrível crise econômica que assola o mundo e nosso país, também é preciso alavancar a luta contra o desemprego e por estabilidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, a defesa do serviço público e dos direitos dos servidores que se apresentam ameaçados nesse momento é uma necessidade de toda a classe trabalhadora”, disse.

Entre os temas que serão debatidos na plenária da CNESF estão as mobilizações pela retirada dos projetos de lei que atacam direitos dos servidores, a paridade com integralidade salarial entre ativos e aposentados/pensionistas e a aprovação da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Aposentados

Dia 18/03 tem atividade especial de musicoterapia no Núcleo

Depois da estréia em fevereiro, a atividade mensal de musicoterapia do Núcleo dos Aposentados do Sintrajud voltará a acontecer no dia 18 de março, quarta-feira, às 15h. A primeira sessão agradou os participantes do Núcleo, com as vivências através da música orientadas pelos musicoterapeutas Luisiana Passarini e Wanderley Junior. Para participar, basta comparecer ao Sindicato. A atividade será no auditório (Rua Antonio de Godoy, 88 – 15º andar). A participação é gratuita e aberta a todos os aposentados associados ao Sindicato.

Jornal do Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672

Editora: Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Bernardo Rivera **Tiragem:** 13.000

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto da entidade faz saber que se fará realizar **Assembléia Geral Extraordinária, dia 05 de março de 2009 (quinta - feira), às 13h, em primeira convocação. Local: No auditório da JF – Pedro Lessa (Av. Paulista, 1682 – São Paulo/SP).**

Pauta:

1. Campanha salarial 2009;

   a) Data Base;
   b) Carreira;
   c) Jornada de Trabalho;

2. Eleição dos delegados à Plenária Nacional da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais), dia 15/03/2009, em Brasília/DF;

3. Outros Assuntos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2009.

Démerson Dias
Coordenador Geral

Leica Claudio Silva
Coordenadora Geral

Condições de trabalho

Sintrajud reivindica melhores condições no galpão do TRT ao presidente do tribunal

Há vários anos, os servidores reclamam das péssimas condições do galpão do Jaguaré

Durante a assinatura do acordo de cooperação firmado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e a Caixa Econômica Federal para conceder financiamento na compra de imóveis a servidores, o diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquíades, o Melqui, aproveitou a oportunidade para levar reivindicações dos servidores ao presidente do tribunal, desembargador Décio Daidone. A principal reivindicação foi em relação às condições da unidade administrativa 2 (galpão do Jaguaré) do TRT-2.

A assinatura ocorreu na quinta, 19, e Melqui relatou ao presidente as queixas dos servidores que trabalham no galpão, onde funciona a gráfica, o almoxarifado, o arquivo geral e a marcenaria. Em seguida, o diretor do Sindicato cobrou soluções. "No galpão, quando chove há goteiras por toda parte e os funcionários têm que pisar em poças de água. Em dias quentes, eles também sofrem, pois o calor fica insuportável dentro do galpão", disse Melqui.

O presidente, segundo Melqui, afirmou que a intenção é mudar o galpão do Jaguaré, mas ainda não conseguiu alugar ou comprar um outro espaço. "O problema é que enquanto isso, o servidor não pode ficar esperando", comentou Melqui. Como sugestão, o diretor do Sindicato indicou que talvez o Setor de Engenharia pudesse contribuir com algumas melhorias, nem que seja com a instalação de ventiladores.

O diretor do Sintrajud também aproveitou a oportunidade para levar ao presidente reclamações dos servidores do Fórum da Barra Funda sobre o ar condicionado. De acordo com Melqui, na última assembléia no prédio, trabalhadores o procuraram para questionar sobre a limpeza do ar condicionado. Melqui solicitou a verificação da empresa contratada para o serviço.



foto: João Marcelo Golassi

O diretor Melqui representou os servidores na assinatura do acordo

NOTAS

Secretária-geral do CJF diz que estuda reajuste no auxílio-alimentação

O diretor do Sintrajud Antonio Melquíades, o Melqui, entrou em contato com o Conselho da Justiça Federal para cobrar reajuste nos benefícios dos servidores do TRF/JF. Segundo Melqui, a secretária-geral do CJF, Eva Maria Ferreira Barros, disse que no momento não há condições para reajustar todos os benefícios dos servidores, no entanto, ela reconhece que, com a crise, as despesas com alimentação aumentaram. "A secretária disse que se estuda um reajuste para o vale-alimentação, mas se isso ocorrer, será somente depois de março ou abril", comentou Melqui.

O Sintrajud continuará cobrando, assim como cobrou na ocasião da equiparação do valor do vale-alimentação ao que era pago aos servidores do STJ e do STF. Melqui lembra que foi durante a reunião do Conselho que aconteceu em dezembro de 2005, em Palmas-TO, na qual estava presente, que o CJF decidiu atender ao pedido do Sindicato e aumentar o vale de R$ 480 para R$ 590.

Mudanças do concurso de remoção do CJF não foram definidas. Concurso deverá ser em março

As propostas de mudança para o concurso nacional de remoção do Conselho da Justiça Federal deste ano não foram apreciadas na última reunião dos ministros do CJF, conforme estava previsto. As alterações foram propostas pela equipe do Sistema Nacional de Remoção – SINAR, que operacionaliza o concurso, junto com os diretores de Recursos Humanos dos TRFs do país. Segundo Marcos Pimenta, da Seção de Normas e Orientações do CJF, como não houve apreciação, a princípio a abertura do concurso deverá ser em março.

É provável que o edital do concurso só seja publicado a partir da segunda quinzena do mês. A Resolução 574, de outubro de 2007, que regulamentou o concurso na JF de primeiro e segundo graus e do CJF nos moldes do PCS-3, prevê as inscrições em março e a remoção, em agosto. O Sintrajud acompanha o calendário do concurso deste ano.

Bolsas de estudo da JF

Servidores da JF procuraram o Sindicato para expressar descontentamento em relação ao concurso para a concessão de bolsa de estudos que ocorreu na JF.

O objetivo do concurso era selecionar alguns servidores e beneficiá-los com o custeio parcial de cursos de especialização. No entanto, os procedimentos do concurso, constantes na resolução 176, de 18 de julho de 2008, que criou o Programa de Incentivo à Especialização dos Servidores da Justiça Federal da 3ª Região, acabou gerando algumas dúvidas por parte dos servidores.

Os critérios adotados para a seleção foram considerados não igualitários. São colocadas algumas condições para o servidor concorrer, como, por exemplo, a exigência de no mínimo cinco anos de efetivo exercício no órgão concedente, no caso de cedidos ou removidos, e da inexistência de processo administrativo.

Aposentados do TRT

Aposentados do TRT procuraram o Sindicato para informar que não estavam recebendo os contra-cheques. Ao entrar em contato com o departamento pessoal do tribunal, o Sintrajud foi informado que houve um problema técnico no processamento dos dados, mas que o problema já estava sendo resolvido e a partir de março a situação seria regularizada e todos passariam a receber regularmente os respectivos holerites.

Veja o andamento das principais ações coletivas do Sindicato

O Departamento Jurídico do Sintrajud possui várias ações coletivas de interesse da categoria, com o objetivo de reaver direitos de seus associados. Até 2004, todos os associados eram beneficiados nas ações coletivas ajuizadas pelo Sindicato. Após este ano, somente os servidores que autorizam fazem parte das ações.

Entre as ações, está a dos quintos, a isenção do IR sobre os 11,98% e a indenização pela falta de revisão anual dos salários. Vale lembrar, que o Sindicato também acompanha centenas de ações plúrimas (que envolvem apenas determinados grupos de servidores), requerimentos administrativos, sindicâncias, processos administrativos disciplinares e outros expedientes.

Os servidores filiados não precisam arcar com despesas de honorários advocatícios, pois este é um benefício que o Sintrajud oferece aos seus sócios.

Veja abaixo um quadro que mostra, resumidamente, o andamento das principais ações coletivas do Sintrajud:

Ação	Distribuição	N.º do Processo	Localização	Andamentos
28,86%. Ìndice concedido aos servidores militares por força das Leis 8.622 e 8.627/93 e não repassado aos servidores civis. O índice foi incorporado aos vencimentos/proventos dos servidores até 12/96. O STJ tem posicionamento contrário ao pedido de reestabelecimento a partir de janeiro de 1997.	28/1/1998	2000.03.99.044364-2w	1ª Turma TRF	Improcedência em 1ª Instância. Houve recurso, sendo que o Tribunal manteve a decisão recorrida. Foram interpostos recursos especial e extraordinário, e o processo está concluso na Presidência do TRF desde 25/11/2008.
Não desconto do IR sobre o 13º salário, terço constitucional de férias e abono pecuniário. Entendimento de que tais verbas, pela sua natureza, não sofrem a incidência do imposto de renda.	3/12/1999	1999.61.00.057516-9	4ª Turma TRF	Ação julgada parcialmente procedente em 1ª Instância, apenas para excluir da incidência do imposto de renda sobre o abono pecuniário. Houve recurso do Sintrajud e União Federal. Em 23/05/2008 o processo foi remetido ao gabinete da Desembargadora Salete Nascimento onde aguarda julgamento.
FC Cheia. Mandado de Segurança que visa o direito do servidor ao recebimento dos quintos, função comissionada cheia e salário do cargo efetivo, haja vista que não existe óbice legal para o percebimento das referidas verbas. O STJ tem posicionamento contrário à tese.	23/2/2000	2000.61.00.005618-3	2ª Turma TRF	Mandado de segurança julgado procedente em 1ª Instância. A união interpôs recurso e houve decisão monocrática que deu provimento ao recurso. Em 02/02/2009 foi interposto agravo regimental pelo Sintrajud.
IR - Correção Tabela Ufir. Em vista da falta de correção da tabela do imposto de renda, houve ajuizamento da ação para que esta ilegalidade fosse sanada.	16/5/2000	2000.61.00.015511-2	6ª Turma TRF	Foi concedida a tutela antecipada para correção da tabela do IR pela UFIR. Posteriormente, a tutela foi suspensa por decisão do Tribunal, após regular recurso de agravo de instrumento da União. No mérito a ação foi julgada procedente em 1ª instância, sendo que a União Federal interpôs recurso de apelação. O processo foi remetido para 2ª instância e está no gabiente do Desembargador Mairam Maia desde 08/01/2009.
10,87. Índice concedido a todos os trabalhadores em 1995 e não repassado aos servidores públicos. Já existem alguns julgamentos contrários à tese.	27/11/2000	2000.61.00.017413-1	5ª Turma TRF	Julgada improcedente em 1ª Instância. O Sintrajud interpôs recurso e os autos foram remetidos ao Tribunal. Está no gabiente do Desembargador André Nekatschalow desde 17/06/2008.
FC Cheia. Ação Ordinária que visa o direito do servidor ao recebimento dos quintos, função comissionada cheia e salário do cargo efetivo, haja vista que não existe óbice legal para o percebimento das referidas verbas. O STJ tem posicionamento contrário à tese.	4/6/2001	2001.61.00.015209-7	5ª Turma TRF	Ação julgada procedente em 1ª Instância. Foi interposto recurso pela União Federal e aguarda julgamento em 2ª Instância. Desde 01/12/2005 está concluso à Desembargadora Ramza Tartuce.
IR sobre 11,98%. A ação visa a devolução do imposto de renda retido dos valores da URV - 11,98%. A tese é que a parcela tem cunho indenizatório e por isso não incide o tributo.	30/11/2001	2001.61.00.029647-2	4ª Turma TRF	Ação julgada parcialmente procedente em 1ª Instância, apenas para determinar a restituição do indébito proporcional à diferença da alíquota aplicada sobre as verbas recebidas acumuladamente e a alíquota que seria aplicada aos vencimentos do servidor, se tivesse recebido seu salário com a URV. Determinou também a devolução para os servidores que se encntravam dentro do limite de isenção do IR. Houve recurso das partes e o processo foi remetido para o Tribunal. Desde 19/01/2009 está no gabinete da Desembargadora Salette Nascimento.
Data-base. Pedido de indenização por falta da aplicação do dispositivo constitucional que garante a revisão geral anual de remuneração do servidores públicos.	18/12/2001	2001.61.00.031999-0	2ª Turma TRF	A ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª Instância, para aplicação do INPC entre 1999 e 2001. Houve recurso do Sintrajud (para aplicação do INPC dos anos seguintes), bem como apelação da União Federal. Desde 19/05/2008 os autos estão conclusos ao Desembargador Henrique Herkenhoff.
Adicional de Risco de Vida - Oficiais de Justiça. Em vista da natureza do trabalho desenvolvido pelo Oficial de Justiça e baseado no artigo 68 da Lei 8.112/90, a ação visa o pagamento de uma gratificação em virtude do risco a que estão submetidos estes servidores.	3/10/2002	2002.61.00.022673-5	1ª Turma TRF	Ação julgada improcedente em 1ª Instância. Foi interposto recurso e aguarda julgamento em 2ª Instância. Desde 17/07/2008 está conclusos à Desembargadora Vesna Kolmar.
CPMF. Ação visa o não pagamento dos valores retroativos da CPMF em virtude da liminar cassada por decisão do Tribunal.	30/6/2005	2005.61.00.013863-0	6ª Turma TRF	Ação foi julgada procedente em 1ª Instância para: a) autorizar o parcelamento dos valores devidos a título de CPMF durante o período em que o postulante esteve amparado por decisão judicial, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/SRF n.º 2/2002, aos associados do Sindicato que se manifestarem expressamente em conta corrente; b) afastar a incidência de juros e de multa sobre esta importância, no exato mencionado período em que os substituídos albergados por decisão judicial. As partes interpuseram recurso e o processo foi para o Tribunal. Está no gabinete da Desembargadora Consuelo Yoshida desde 04/12/2008.
Quintos. Incorporação até a MP 2225/45 de setembro de 2001 e pagamento dos passivos.	8/1/2004	2004.61.00.000292-1	5ª Turma TRF	A ação foi julgada procedente em 1ª Instância. Houve recurso da União Federal e do Sintrajud (que pleiteia juros de 12% ao ano). O processo foi remetido para o Tribunal e no dia 13/02/2009 houve protocolo de petição com precedentes favoráveis e pedido de celeridade no julgamento.
13,23%. Extensão do índice concedido a uma categoria do funcionalismo pela Lei 10.697/03	14/11/2007	2007.61.00.031531-6	12ª Vara JF/SP	Em 26/11/2008 foi juntado aos autos petição com precedente favorável. Aguardando julgamento em 1ª Instância.

Não Incidência do PSSS sobre a GAE para Optantes da FC. A Administração decidiu cobrar o PSS dos Oficiais de Justiça que optaram pelo recebimento da FC até dezembro de 2008. No entanto, não há como efetuar cobrança de contribuição previdenciária sobre parcela não paga aos servidores.	11/7/2008	2008.61.00.016502-5	19ª Vara JF/ SP	Houve concessão de tutela antecipada que impediu os descontos do PSS. A União interpôs agravo de instrumento, mas não obteve sucesso. O processo pende de julgamento de 1ª Instância.
GAS para Inativos. A Administração entendeu não ser extensível aos servidores inativos, bem como aqueles que se aposentarão no cargo de Agente de Segurança, a parcela remuneratória relativa à GAS. A ação visa a incorporação desse direito.	10/2/2009	2009.61.00.03955-3	4ª Vara JF/SP	Ação foi distribuída em 10/02/2009.
Isonomia Chefes Cartório Interior - TRE. Ação visa o pagamento de indenização aos chefes de cartórios eleitorais do interior que recebem função comissionada inferior aos chefes da capital (FC1 p/ FC4).	13/11/2008	2008.61.00.028046-0	13ª Vara JF/ SP	Em 05/02/2009 foi juntado aos autos o mandado de citação da União Federal, devidamente cumprido.

Associado tem 50% de desconto

Comédia retrata saga para passar em concurso público

O sonho do personagem Zé Brasil é se tornar técnico judiciário. Vale a pena conferir

A companhia brasiliense de teatro G7 encontrou no mundo dos concursos públicos, e na "epopéia" que os aspirantes a servidores passam para conquistar uma vaga, a inspiração para a comédia "Como passar em concurso público". A peça, segundo comunicado de divulgação da Cia G7, retrata "o drama da corrida por concursos públicos, dos cursinhos preparatórios às provas". Muitos servidores do Judiciário conhecem bem esse drama e, talvez, se identifiquem com o personagem principal, Zé Brasil. Ele quer se tornar técnico judiciário.

"O espetáculo transita por todas as etapas que ele enfrenta nessa hercúlea tarefa: a pressão familiar, os momentos de dúvida, a devoção religiosa, todos os obstáculos ultrapassados até alcançar a sua vaga. Zé Brasil precisa aplicar-se para encontrar formas de passar na prova, seja estudando, fraudando ou simplesmente pedindo ajuda a Deus. Mas será que era esse o seu verdadeiro desejo?", diz a Cia. "O espetáculo faz rir, mas também propõe uma reflexão sobre nossas escolhas e sonhos. Passar em concurso público pode até ser fácil, a questão fundamental que se impõe no decorrer da trama não é apenas o segredo, mas também questionar se é esta a sua real vocação", afirma Felipe Gracindo, que faz parte do elenco.

Estabilidade é o grande atrativo

A servidora Priscila Carvalho, do Pedro Lessa, disse que felizmente não precisou abrir mão de muitas horas de sono e nem recorrer a Deus para passar no concurso de técnico judiciário do TRF, mas reconhece que a cada ano torna-se cada vez mais difícil fazer parte desse seleto grupo. " Eu fiz concurso em 2002, mas só em 2005 fui chamada. Isso porque o tribunal aumentou o número de vagas anunciadas anteriormente. Na época eu não estudei muito, mas sem dúvida se fosse fazer um novo concurso hoje teria que estudar dobrado. A concorrência está cada vez maior, principalmente, para o nível médio devido a estabilidade. No serviço público o salário nem compensa muito, mas a estabilidade é o principal atrativo, pois o setor privado vive de acordo com o mercado e o trabalhador tem que comer todo dia", ressalta.

Sobre a Cia

A Cia. de Comédia G7 foi criada em 2001, em Brasília. Frederico Braga e Rodolfo Cordón se conheceram no grupo de teatro do Colégio Marista e resolveram montar uma companhia de teatro. Com a entrada de Felipe Gracindo e Benetti Mendes, a trupe fechou sua formação. Os propósitos iniciais do grupo eram o divertimento e a experimentação e um certo gosto pela transgressão dos valores teatrais da época.

Baseado em Fatos Reais foi o primeiro espetáculo montado pelo grupo em 2001. Em seguida vieram Tevelisão e Tevelisão 2002 (analisando a importância da TV no cotidiano da sociedade), O Advogado que viu Deus, o Diabo e depois voltou para a Terra (sobre Direito e suas entrelinhas) e O Servo Nu e a Desconstrução do Tempo Psicológico (que debatia a filosofia do tempo).



foto: Jesus Carlos

Quando: Sextas às 19:30h, Sábados às 22h e Domingo às 20h.
Onde: no Teatro Gazeta - Avenida Paulista, 900 – Bela Vista. Telefone (11) 3253-4102.
Capacidade – 640 lugares.
Ingressos – R$ 40,00 (sextas-feiras), R$ 60,00 (sábados) e R$50,00 (domingo).
Bilheteria – De terça-feira a sábado a partir das 14 horas.
Criação, direção e texto: Cia de Comédia G7.
Elenco: Benetti Mendes, Felipe Gracindo, Frederico Braga e Rodolfo Cordón.
Direção de Produção – André Deca.
Temporada – Sextas-feiras às 19h30, sábados às 22 horas e domingos às 20 horas.
Duração – 80 minutos.
Recomendado para maiores de 12 anos.
Até 29 de março.



8 de março

Mulheres preparam ato em frente à Fiesp

Associadas ao Sintrajud receberão um brinde especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

As mulheres têm mais um motivo para ir às ruas neste ano: trabalhadoras e trabalhadores não devem pagar pela crise. Além das bandeiras históricas que persistem na sociedade atual, como a luta pelo fim do capitalismo patriarcal, contra a opressão e a exploração da mulher trabalhadora e pela autonomia e liberdade, o tradicional protesto do 8 de março vai incorporar a luta pela estabilidade no emprego. Diante das milhares de demissões que vêm ocorrendo, a Conlutas está organizando um ato para o domingo, dia 8, que vai, entre outras reivindicações, cobrar do governo federal a edição imediata de uma Medida Provisória que assegure a estabilidade no emprego; a extensão do seguro desemprego para dois anos; e que os governos estaduais e municipais mantenham os investimentos em políticas públicas e medidas de apoio aos desempregados, como isenção das taxas públicas, por exemplo.

A concentração será às 10h no Masp. Em seguida, todos os manifestantes seguirão até a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) para a realização do ato. As trabalhadoras e trabalhadores do Judiciário Federal estão convidados a participar.

De acordo com o Manifesto do Movimento Mulheres em Luta, da Conlutas, no cenário de crise os setores oprimidos da classe trabalhadora são os primeiros a sofrerem seus efeitos: "No caso das mulheres, que já sofrem com o machismo e a exploração, a dupla jornada, os salários inferiores, a violência doméstica e muitos outros sofrimentos decorrentes da opressão machista e da exploração capitalista, com a crise, elas são as primeiras a perderem seus empregos, pois a maioria já conta com contratos temporários e empregos precarizados".

A edição de 2008 da MPG (Medida de Participação Segundo o Gênero), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –PNUD, mostra que no Brasil, em média, o rendimento feminino equivale a 56% do masculino, ou seja, se um homem ganhar R$ 1.000, a mulher recebe R$ 560. Os dados comprovam o que o Manifesto aponta: com os salários inferiores, todos os problemas vivenciados cotidianamente pelos trabalhadores são potencializados para as mulheres.

Sindicato promove o curso "A mulher na sociedade e no sindicato"

No sábado, dia 14 de março, o Sintrajud realizará um curso de formação que vai debater a situação da mulher na sociedade atual, na família, no trabalho e no sindicato. O curso é promovido pelo Coletivo de Formação do Sintrajud e será no auditório do Sindicato, a partir das 9h às inscrições podem ser feitas até o dia 12 de março, com a Juliana, pelo telefone (11) 3222-5833, ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br.



Cromafoto

Avança mobilização

TRT-15 determina suspensão das demissões na Embraer

Quarta maior empresa de aviação do mundo, a Embraer decidiu demitir sem discutir qualquer alternativa com o Sindicato dos Metalúrgicos

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, de Campinas, concedeu, na sexta-feira passada, uma liminar pedida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, filiado à Conlutas, e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Botucatu, que suspende as 4.200 demissões realizadas na Embraer na semana passada.

A decisão suspende as demissões, que foram justificadas por "motivos econômicos", a partir do dia 19 de fevereiro. No dia 5 de março, às 10h, haverá uma audiência de conciliação entre os Sindicatos e a Embraer. A ação foi protocolada sob o número 309/2009-000, com um pedido de liminar.

Na ação, as entidades sindicais argumentam que a Embraer ignorou os sindicatos e não estabeleceu nenhum tipo de negociação antes de oficializar a demissão em massa.

Também foi usado como argumento o fato da Embraer ser uma empresa com alto índice de lucratividade e que não precisaria lançar mão das demissões para enfrentar eventuais crises financeiras.

Além disso, a empresa teria usado de má-fe na conduta empresarial ao fornecer informações contraditórias momentos antes do anúncio das demissões.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região tentou, durante meses, negociar com a Embraer medidas que garantissem os empregos dos trabalhadores. Desde o ano passado, a entidade sindical estava atenta aos vários rumores de demissões em massa que existiam na empresa.

No dia 18 de fevereiro, quinta-feira, o sindicato enviou uma carta à direção da Embraer pedindo o agendamento de reunião para tratar da ameaça de demissões. Esta carta foi apenas mais uma dentre as várias enviadas pela entidade sindical nos últimos meses.

Ato

Na sexta-feira, dia 27, foi realizado um ato de protesto em frente à Embraer. Devido a gravidade da situação, seis centrais sindicais participaram da manifestação e exigiram a readmissão dos 4.200 trabalhadores.



foto: Jesus Carlos

Passeata em São José dos Campos exige a manutenção do emprego

"Tivemos uma primeira vitória com a suspensão das demissões, mas é preciso intensificar a luta e exigir que todos sejam readmitidos", disse o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e da Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha.